

cidadania

Todos ganham com bem-estar do trabalhador

Conheça o conceito de qualidade de vida no trabalho, segundo o qual funcionário satisfeito produz mais e melhor.

página 16

Funcionários do Alô Senado durante alongamento: exemplo dentro da Casa



ANA VOLPE/JS

gripe suína

Ministro da Saúde fala aos senadores

página 2

representação

Democracia direta volta ao debate

páginas 8 e 9

Acesso mais fácil a informações públicas

Um dos direitos fundamentais do cidadão, o acesso a dados em poder de órgãos públicos pode ser regulamentado por lei que o governo deve propor esta semana ao Congresso.

páginas 6 e 7



Ideli Salvatti coordenou debate em que a atriz Christiane Torloni propôs encontro em Plenário

Pela preservação da Amazônia, Senado fica em vigília nesta 4ª

página 3

pedofilia

Punição pode chegar a 30 anos de prisão

página 11

administração

FGV apresentará esboço de reforma

página 13

e mais...

ambiente legal	3
projetos aprovados	5
agora é lei	10
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

Zambiasi cobra do governo MP contra efeitos da seca no Sul

O senador Sérgio Zambiasi cobrou do governo a edição de medida provisória com providências para minimizar os efeitos da seca no Rio Grande do Sul.



J. FREITAS

Paulo Paim, também preocupado com as enchentes no Nordeste, propôs uma reflexão sobre mudanças climáticas.

página 12



agenda



Na última sexta-feira, José Gomes Temporão tranquilizou a população, dizendo que não há risco de surto da gripe suína no país

Temporão debate gripe suína nesta terça-feira

Ministro da Saúde deve falar aos senadores da CAS e da Subcomissão de Defesa da Saúde sobre medidas do governo para controlar a doença

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão Permanente de Defesa da Saúde ouvem nesta terça-feira o ministro da Saúde, José Gomes Temporão. O requerimento de convite ao ministro, dos senadores Papaléo Paes (PSDB-AP) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), lista como assuntos da audiência os projetos do ministério para 2009 e a situação do programa Mais Saúde e do

Sistema Único de Saúde, mas a expectativa é de que as medidas que o governo vem tomando para controlar a gripe suína sejam um dos assuntos principais.

Na quinta-feira, foi o próprio ministro quem comunicou ao país a confirmação dos quatro primeiros casos da doença no Brasil, dois em São Paulo, um no Rio de Janeiro e um em Minas Gerais. Temporão explicou que os quatro pacientes haviam sido

infectados com o vírus Influenza A (H1N1) no exterior, sendo três no México e um nos Estados Unidos.

Na sexta-feira, o ministro procurou tranquilizar a população, dizendo que não há risco de surto da doença no Brasil. O Gabinete Permanente de Emergências do Ministério da Saúde divulgou nota informando que estava acompanhando 30 casos suspeitos.

comissões

Terça-feira

9h – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Chuvvas – Audiência pública para tratar das calamidades provocadas pelas recentes chuvas no país e da necessária recuperação da infraestrutura. Foram convidados os ministros da Integração Nacional, Geddel Lima, e das Cidades, Márcio Fortes; os governadores do Maranhão, Roseana Sarney, do Rio Grande do Norte, Wilma Faria, do Ceará, Cid Gomes, e do Piauí, Wellington Dias; e o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antonio Pagot.

9h30 – AGRICULTURA

Fundep – O primeiro item da pauta é o projeto que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Políticas públicas – Entre outros itens, projeto para incentivar políticas públicas para a juventude executadas por entidades privadas sem fins lucrativos.

10h30 – MEIO AMBIENTE

Água – Votação do relatório final da subcomissão temporária que participou

das atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

PAC da Saúde – Audiência pública conjunta da comissão com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde para ouvir o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a respeito das políticas, programas e projetos a serem implantados pelo ministério em 2009. O ministro falará também sobre a situação atual do Programa Mais Saúde (PAC da Saúde) e a situação do SUS.

11h – EDUCAÇÃO

Bolsa Escola – Entre os 13 itens da pauta, projeto que inclui a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para recebimento de benefício do Bolsa Escola.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Penalidades – Na pauta, projeto que estabelece sanções penais e administrativas para condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Fundações – A comissão debate a

situação das fundações de apoio às universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil. Jacob Palis Júnior, presidente da Academia Brasileira de Ciências, e Marco Antonio Raupp, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, estão entre os convidados.

9h – DIREITOS HUMANOS

Isenção – Entre os oito itens em pauta, projeto que propõe isenção integral do Imposto de Renda para os rendimentos de até dez salários mínimos do contribuinte que completar 70 anos de idade.

9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES

Amazônia – Instalação da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Maioridade – Entre os 50 itens da pauta, duas propostas de emenda à Constituição (PECs): a que reduz para 16 anos a idade para imputabilidade penal; e a que dá competência privativa ao Senado Federal para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas. Na segunda parte da reunião os parlamentares votam indicações de autoridades para os conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público.

CCT discute ação de fundações de apoio às universidades

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) promove nesta quarta-feira, às 8h30, a segunda audiência pública para debater a situação das fundações de apoio às universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil.

Entre os convidados para o debate estão o secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Rodrigues Elias, o secretário-geral de Controle Externo do TCU, Paulo Roberto Martins, e os presidentes da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Jacob Palis Júnior, e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC),

Marco Antonio Raupp.

A primeira audiência pública que tratou do tema foi realizada no dia 15 de abril deste ano, quando os participantes discutiram acórdão do TCU que recomenda maior fiscalização sobre a atuação das fundações de apoio às instituições federais de ensino superior.

As recomendações do TCU surgiram a partir de fiscalização realizada em âmbito nacional sob a responsabilidade da Secretaria de Controle Externo de Minas Gerais. Foram fiscalizados 464 contratos ou convênios que alcançaram a soma de R\$ 948,8 milhões.

Projetos dão mais direitos ao consumidor

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor pode votar na terça-feira quatro projetos que ampliam os direitos dos consumidores. Um deles aumenta de sete para 15 dias o prazo de desistência de compras feitas a distância. Outro projeto garante o direito de examinar os produtos adquiridos e não uma amostra. O terceiro determina a inclusão do nome e do endereço do fornecedor em todos os documentos de cobrança de dívida.

CAE analisa empréstimos para estados

A Comissão de Assuntos Econômicos pode votar nesta terça-feira autorização para que o governo da Bahia obtenha empréstimo de US\$ 409 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos devem ser usados para melhorar o equilíbrio fiscal do estado. A comissão também deve votar outro pedido de empréstimo junto ao BID, para o estado de São Paulo. Os recursos, de US\$ 168 milhões, serão aplicados em obra do metrô paulista, no trecho Largo 13, Chácara Klabin.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa
Pauta trancada – Antes de qualquer outra matéria, senadores devem votar cinco projetos de lei de conversão (PLVs 4 a 8, provenientes das medidas provisórias 451 a 455), além da MP 456/09, que aumentou de R\$ 415 para R\$ 465 o salário mínimo, a partir de 1º de fevereiro de 2009.

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

11h – Sessão especial
Homenagem – Comemoração do centésimo aniversário da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

14h – Sessão não deliberativa

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Alimentos – Decisão terminativa da comissão sobre projeto que estabelece a obrigatoriedade de informar o valor energético de produtos apresentados em propagandas de alimentos e bebidas.

Quinta-feira

8h30 – INFRAESTRUTURA

PAC – Debate com representantes do Tribunal de Contas da União sobre a metodologia de fiscalização de obras adotada pelo tribunal, com ênfase nas

obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Foram convidados, entre outros, o secretário-geral de Controle Externo, Paulo Roberto Wiechers Martins, e o secretário-adjunto de Planejamento e Procedimento, Marcelo Luiz Souza da Eira.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Embaixadores – A comissão analisa as indicações de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges e George Ney de Souza Fernandes para as embaixadas do Congo e da Líbia.

meio ambiente

Parlamentares farão vigília pela Amazônia

Nesta quarta-feira, parlamentares de três comissões e representantes da sociedade civil promovem manifestação contra o desmatamento na região

Será realizada no Plenário do Senado, nesta quarta-feira, uma vigília em favor da preservação da Amazônia organizada pelas comissões Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, de Direitos Humanos (CDH) e de Meio Ambiente (CMA). Representantes da sociedade civil também participarão.

O pedido para realizar a vigília foi feito na semana passada ao presidente do Senado, José Sarney, pela atriz Christiane Torloni; pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), presidente da comissão mista; e por outros parlamentares. Christiane entregou a Sarney o documento intitulado *Amazônia para Sempre* – de autoria dela, de Juca de Oliveira e Vítor Fasano –, que recebeu mais de 1 milhão de assinaturas de apoio. A atriz explicou que a iniciativa foi tomada por artistas que se impressionaram com o desmatamento quando gravaram uma minissérie para a Rede Globo na Amazônia.

Segundo Sarney, os brasileiros foram capazes de trazer a Amazônia até o século 21, apesar de que, no século 19, grandes



A atriz Christiane Torloni e as senadoras Ideli Salvatti (E) e Marina Silva pedem a Sarney autorização para realizar a vigília pela preservação

companhias colonizadoras promoveram a devastação florestal em vários países. “Tentaram inclusive no Brasil, mas a população reagiu e não deixou. Com certeza seremos o país a dar exemplo de como usar os recursos naturais sem destruir a Terra”, afirmou.

Christiane contou que tenta sem sucesso uma audiência com o presidente Lula há oito meses e que, após falar sobre o assunto em um programa de televisão, foi procurada pela comissão mista e pela Presidência do Senado para

apresentar-lhes o manifesto.

A senadora Marina Silva (PT-AC) destacou a importância de tal atitude em um “momento difícil, em que cinco medidas provisórias e 18 decretos legislativos ameaçam revogar medidas de proteção já aprovadas”.

Jefferson Praia (PDT-AM) disse colocar no mesmo plano da preservação ambiental a sobrevivência dos 25 milhões de habitantes da região. Fátima Cleide (PT-RO) manifestou sua alegria ao ver atores usando a visibilidade que têm em prol da Amazônia.

MP que reduz exigência ambiental gera controvérsia

A medida provisória que reduz as exigências de licenciamento ambiental para construção de rodovias provocou divergências em debate na Comissão do Meio Ambiente (CMA). A MP 452/08 foi transformada na Câmara no PLV 5/09.

Segundo o diretor de Planejamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Miguel de Souza, as emendas dos deputados tiraram a obrigação de obter uma licença prévia, que demora no mínimo dois anos, e mantém apenas a de instalação, que sai em 60 dias. O objetivo, disse, é simplificar os trâmites em relação a rodovias já existentes. Já o presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, explicou que a exigência de licenciamento prévio se justifica para assegurar que os impactos negativos sejam menores que os impactos positivos da obra.

Marisa quer potencial de rios transfronteiriços em debate

Marisa Serrano (PSDB-MS) apresentou na semana passada o relatório final da subcomissão que acompanhou o Fórum das Águas das Américas e o Fórum Mundial da Água. O documento, “Parlamentos para a água”, resume o debate sobre a preservação de aquíferos e o potencial econômico dos rios transfronteiriços e transnacionais. O fórum, cujo tema foi “Superando os divisores de água”, aconteceu em março, em Istambul, na Turquia. O relatório deverá ser votado na próxima reunião da subcomissão e depois será submetido à Comissão de Meio Ambiente.

A senadora salientou que o caso do Rio Paraguai – marco fronteiro de três países (Argentina, Uruguai e Brasil) – merece uma discussão profunda sobre o seu potencial econômico. O debate apontou para a necessidade de transferência tecnológica.

Em audiência da Comissão de Direitos Humanos, o cacique Raoni segura as mãos dos senadores Cristovam Buarque (E) e Paulo Paim

Índios criticam PEC sobre demarcação de terras

Líderes indígenas que participam do 6º Acampamento Terra Livre – evento que contou com a participação de mais de mil representantes de 130 etnias do país e que ocorreu na semana passada, na Esplanada dos Ministérios – pediram a rejeição da proposta que inclui entre as competências do Senado a aprovação de demarcações de terras indígenas.

A proposição – PEC 38/99, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) – ainda será votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Mozarildo alega que as áreas destinadas à demarcação são desproporcionais às populações indígenas a que se destinam e que parte desses

territórios poderia ser destinada à atividade econômica.

Os líderes indígenas que participaram de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), requerida por Marina Silva (PT-AC), solicitaram ainda a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas e do projeto que institui o Conselho Nacional de Política Indigenista. Também defenderam que os índios sejam consultados antes da realização de obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), como estradas e hidrelétricas.

Na CDH, índios de todo o país também denunciaram que enfrentam problemas de violência, invasões, humilhação e desrespeito a seus direitos como cidadãos.

Sessão do Congresso comemorou 50 anos do Tratado Antártico

O Congresso realizou na quinta-feira sessão solene para celebrar os 50 anos da assinatura do Tratado Antártico. Apesar de o Brasil ter aderido somente em 1982, o documento para exploração científica do continente foi firmado em 1959 por 12 países. Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da Frente Parlamentar Pró-Antártica; José Sarney, presidente do Senado; e outros senadores ressaltaram a importância da missão naquele

continente para o desenvolvimento científico brasileiro, com especial menção para os esforços dos pesquisadores e da Marinha. Também frisaram que as pesquisas na Antártica podem contribuir para o conhecimento sobre as mudanças climáticas.

Participaram ainda da sessão o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o ministro do Tribunal Superior Militar (STM) Flávio Flores da Cunha Bierrenbach e outras autoridades.

ambiente legal

Ar do Rio ganha com diesel menos poluente

A Petrobras informa que, na cidade do Rio, a troca do diesel S-500 pelo diesel S-50, com teor de enxofre dez vezes mais baixo, reduziu em 15% os níveis de emissão de fumaça dos ônibus em relação a 2008, quando ainda era utilizado o diesel S-500. A Petrobras também distribuiu o diesel menos poluente para ônibus da cidade de São Paulo. Esse combustível pode diminuir as emissões poluentes em até 80% com as novas gerações de motores que devem ser adotados no Brasil nos próximos três anos.

MP pede indenização da Petrobras a vítimas

O Ministério Público Estadual de São Paulo ajuizou uma ação civil pedindo que o Poder Judiciário condene a Petrobras a indenizar as famílias das pessoas que morreram ou tiveram problemas de saúde devido à distribuição do diesel com mais enxofre. Pede também que se obrigue a Petrobras a fornecer o diesel S-50 em pelo menos uma das bombas dos postos das regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, São José dos Campos e Santos.

Cumprimento de resolução foi adiado

A substituição do diesel S-500 (distribuído nas grandes cidades) e do S-2000 (comercializado no interior) pelo S-50 estava prevista na Resolução 315 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para janeiro deste ano. No entanto, um acordo feito em outubro de 2008 entre o Ministério Público Federal, as empresas e órgãos de fiscalização adiou o cumprimento integral da resolução para 2013.

Em busca da “sopa de lixo” no Pacífico

Uma expedição partirá em junho de São Francisco, nos Estados Unidos, com o objetivo de tentar reciclar uma “sopa de lixo” com o dobro do tamanho do Texas que flutua no oceano Pacífico. O oceanógrafo Charles Moore, que em 1997 descobriu o lixo acumulado no oceano, acredita que cerca de 100 milhões de toneladas de detritos circulem na região. Peixes e aves confundem os minúsculos pedaços de lixo com alimento.

Curitiba transforma folha seca em adubo

A prefeitura de Curitiba está reaproveitando folhas secas e galhos recolhidos dos parques e praças da cidade para a composição de adubos orgânicos. O composto já é utilizado na produção de flores e nos canteiros. A mão de obra para a compostagem das folhas não tem custo adicional, pois a própria equipe de limpeza da prefeitura recolhe os resíduos. Economiza-se também com o transporte dos resíduos, que antes eram encaminhados para o aterro da Caximba.

comissões

Suinocultores querem ampliar exportações para a China

Em audiência, representantes do setor sugerem que Lula trate do assunto em visita que fará àquele país

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vai pedir ao presidente Lula que, durante visita que fará à China este mês, incentive aquele país a importar carne suína brasileira. O colegiado também pretende requerer ao Ministério da Fazenda maior flexibilização nas regras do BNDES para liberação de recursos ao setor e condições diferenciadas para este momento de crise. As propostas foram sugeridas na terça-feira por representantes do setor suinocultor, durante audiência na CRA.

A conquista do mercado chinês poderá contribuir para que o setor saia da crise que enfrenta, acredita o presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS). Ele ressaltou que 70% do mercado consumidor de carnes da China são ocupados pela carne suína.

Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou que o setor tem sofrido com os problemas ocorridos em Santa

Catarina, maior produtor de suínos do país. As enchentes que atingiram o estado em 2008 danificaram estradas, dificultando o escoamento da produção.

Autor da proposta de realizar o debate, Raimundo Colombo (DEM-SC) pediu a adoção, pelo governo, de política de preço mínimo para a carne de porco. Para Neuto de Conto (PMDB-SC), a falta de crédito é o principal problema dos suinocultores.

Valter Pereira destacou que a doença surgida no México e denominada, a princípio, de gripe suína, prejudicou ainda mais o setor.

O presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), Pedro Camargo Neto, explicou que os suinocultores tiveram de fazer um trabalho de esclarecimento para divulgar que, segundo a Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde, o vírus da gripe não é transmitido pela carne suína.

Especialistas ressaltam que carne de porco não transmite a gripe suína



Enori Barbieri (E), Valter Pereira e Pedro Camargo Neto debatem na CRA a crise na produção e exportação de suínos

Fiesp: setor industrial sofre impacto da crise

"Se o Brasil foi um dos últimos países a ser afetado pela crise financeira mundial, não conseguiu se livrar do impacto significativo de seus efeitos sobre a economia interna, especialmente no setor industrial", afirmou Paulo Francini, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), durante audiência conjunta realizada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Acompanhamento da Crise Financeira. Segundo ele, mais de 70% das 692 mil demissões no país entre outubro de 2008 e março de 2009 ocorreram na indústria.

Entre as saídas para o problema, Francini apontou maior estímulo ao crédito, redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e dos gastos de custeio do governo e queda na taxa de juros básica.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do



Paulo Francini (E), Paulo Fernandes Tigre e Garibaldi Alves Filho, presidente da CAE: representantes da Fiesp e Fiergs defendem maior estímulo ao crédito

Rio Grande do Sul (Fiergs), Paulo Fernandes Tigre, pediu a aprovação, pelo Congresso, do cadastro positivo de contribuintes e do sistema de defesa da concorrência.

Do relatório, a ser elaborado por Tasso Jereissati (PSDB-CE),

deverá constar que a ampliação da oferta de crédito, especialmente às pequenas e médias empresas, poderá ser a saída para a retomada do crescimento da economia, já que o setor exportador não vem esboçando sinais de reação.

Parlasul terá novo vice-presidente

O Brasil deverá ter um novo vice-presidente no Parlamento do Mercosul, que substituirá o deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

A eleição será na próxima reunião da Representação Brasileira, na qual também vai ser escolhido o presidente da representação, cargo hoje ocupado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

A presidência do Parlasul atualmente é exercida pelo Paraguai. Pelo regime de rodízio entre os países, ela vai passar, durante um semestre, a um parlamentar do Uruguai e, em seguida, a um da Argentina. Dessa forma, o vice-presidente a ser eleito pode assumir a presidência no segundo semestre de 2010, mas há a possibilidade de o Brasil fazer uma troca com a Argentina.

EMBAIXADORES

As indicações dos nomes dos diplomatas Armando Vitor Boisson Cardoso e Antonio Carlos do Nascimento Pedro foram aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). O primeiro foi indicado ao cargo de embaixador brasileiro na Finlândia e na Estônia; e o segundo, para representante brasileiro no Sudão. O embaixador na Guiné, José Fiúza Neto, foi aprovado para exercer cumulativamente o cargo em Serra Leoa. As indicações seguem para exame do Plenário.

TRANSPORTES TERRESTRES

O assistente social pós-graduado em comunicação social Ivo Borges de Lima poderá ser o mais novo diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Sua indicação foi aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e segue agora para análise do Plenário. Ivo Borges foi chefe do setor administrativo da Rodoviária de Brasília. Em 2006, foi secretário de Trabalho do Distrito Federal e atualmente é assessor técnico do gabinete de Gim Argello (PTB-DF).

ANATEL

Foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o nome do economista João Batista de Rezende, indicado pela Presidência da República para integrar o conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A indicação ainda será apreciada em Plenário. Atualmente, João Batista é chefe de gabinete do Ministério do Planejamento e membro do conselho de administração da Transpetro e do conselho fiscal da binacional Alcântara Cyclone Space.

MINC

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o presidente da Funai, Márcio Augusto Freitas de Meira, participaram de audiência, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), sobre o processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A CI também decidiu realizar audiência sobre os impactos econômicos de medida aprovada pela Anac que estabelece regime de liberdade tarifária para companhias aéreas em voos internacionais partindo do Brasil.



Suplicy (D) propõe a criação de uma "legislação-marco" para implantar o programa Renda Básica de Cidadania nos países da América Latina e do Caribe

Em reunião do Parlatino, Suplicy defende programa de renda mínima

Em palestra aos integrantes do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs que seja criada uma "legislação-marco" para implantar o programa Renda Básica de Cidadania nos países da América Latina e do Caribe.

A proposta recebeu apoio da senadora mexicana Maria de Los Angeles Moreno, coordenadora de comissões do Parlatino.

– No México, temos um programa que atende crianças que vão à escola, são vacinadas e recebem atendimento à saúde. É uma iniciativa de alcance restrito e que

precisa ser expandida – disse.

Suplicy é autor do projeto que originou a Lei 10.835/04 a qual, segundo ele, deverá ser implantada gradualmente. A lei estabelece que toda pessoa receba benefício monetário, de modo a participar da riqueza da nação.

O senador também sugeriu que a experiência Renta Dignidad, da Bolívia, e o Programa Solidário, do Chile, sejam apresentados nos dias 1º e 2 de julho, na Universidade de São Paulo (USP), quando será realizado o 13º Congresso da Bien – Rede Planetária de Renda Básica.

decisões

População continua como critério para gastos de legislativos

A população dos 5.564 municípios deve continuar como referência para a fixação do limite de gastos das câmaras municipais, como determina hoje a Constituição. A decisão foi tomada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou alterações à proposta de emenda à Constituição (PEC 47/08) do senador César Borges (PR-BA), com base em sugestões de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Para Aloizio Mercadante (PT-SP), porém, a PEC ainda precisa ser aprimorada, para reduzir gastos das câmaras, já que, hoje, 70 cidades estouram o teto constitucional sem qualquer punição.

A proposta de Valadares cria

seis novos critérios de gastos percentuais máximos das câmaras, em vez dos quatro em vigor, mas não trata do gasto atual. Assim, municípios com até 100 mil habitantes poderão gastar com o legislativo local até 7% da sua receita. De 101 mil a 300 mil habitantes, o gasto máximo cairá para 6%; de 301 mil a 500 mil habitantes, 5%; de 501 mil a 2 milhões de habitantes, 4%; de 2 milhões e um a 8 milhões de habitantes, 3%; e acima de 8 milhões, 2% da receita.

Atualmente, os municípios com até 100 mil habitantes (90% dos municípios brasileiros) podem gastar até 8% da sua receita e os que têm mais de 500 mil habitantes, até 5%.



Mercadante (E) concordou com as mudanças nos cálculos, mas espera que a PEC seja aperfeiçoada em Plenário para reduzir gastos das câmaras

Crédito de R\$ 1 bilhão para municípios vai à sanção

O Congresso aprovou o projeto (PLN 8/09) que transfere R\$ 1 bilhão para recompor o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e equipará-lo aos R\$ 51,3 bilhões de 2008.

Principal fonte de recursos de muitas cidades, o FPM sofreu perdas com a crise financeira internacional, que causou queda na arrecadação. Para estimular a produção e o consumo, o governo federal também concedeu incentivos, reduzindo alíquotas

do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o que traz impacto sobre o fundo.

A Confederação Nacional dos Municípios calcula que somente as perdas do primeiro quadrimestre de 2009, em comparação com o mesmo período de 2008, foram de R\$ 954 milhões. Para o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), a recomposição do FPM deveria ser de R\$ 6 bilhões, mas o governo estima que a arrecadação vai se recuperar.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, participa nesta terça-feira, às 14h, de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para discutir o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009.

Na quarta-feira, a comissão analisa o projeto (PL 4/09-CN) que concede crédito de R\$ 6 bilhões para o programa Minha Casa, Minha Vida e para assentamentos em áreas urbanas.

projetos aprovados

De 4 a 8 de maio

- ➔ **PLN 8/09** – Do Poder Executivo, abre crédito especial no valor de R\$ 1 bilhão em favor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), para compensar as prefeituras pela variação negativa dos repasses do FPM ocorrida neste ano. Vai à sanção.
- ➔ **PLV 3/09** – Proveniente da MP 450/08, autoriza União, estados e Distrito Federal a participarem do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica

- (FGEE). O objetivo é viabilizar a participação de empresas estatais do setor elétrico em empreendimentos de exploração da produção ou transmissão de energia elétrica do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou referentes a programas estratégicos. Volta para a Câmara.
- ➔ **PLN 2/09** – Do Congresso Nacional, destina crédito suplementar de R\$ 37 milhões em favor da Eletrobrás. Vai à sanção.

- ➔ **PLN 3/09** – Abre ao Orçamento de Investimento para 2009 crédito especial para empresas do Grupo Eletrobrás, no valor total de R\$ 310.511.886,00. Vai à sanção.
- ➔ **PLS 3/08** – Do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), determina que todo aluno universitário beneficiado com recursos públicos da União deverá desenvolver atividades, pelo menos por um semestre, de apoio à alfabetização de adultos. Aprovado em caráter

- terminativo na CE, vai à Câmara.
- ➔ **PLS 117/08** – Do senador Romeu Tuma (DEM-SP), institui o Dia Nacional do Vigilante. Vai à Câmara.
- ➔ **PLS 249/07** – Do senador Jayme Campos (DEM-MT), institui o Prêmio Frei Galvão do Mérito Social. Vai à Câmara.
- ➔ **PLS 453/07** – Do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Itumbiara.



O relator da medida provisória no Senado, César Borges (D) defendeu o novo modelo, que teve 17 votos contrários

Fundo para investimento em energia é aprovado

Ideia é fazer com que empresas estatais possam ampliar participação na exploração e transmissão de energia elétrica. Projeto volta para a Câmara

Os senadores aprovaram, na quarta-feira, a Medida Provisória (MP) 450/08, que autoriza a União, estados e o Distrito Federal a participarem do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE). O objetivo é viabilizar a participação de empresas estatais do setor elétrico na exploração da produção ou transmissão de energia, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou de programas estratégicos.

Foram aprovadas seis emendas do relator, César Borges (PR-BA), e, por isso, o projeto de conversão

(PLV 3/09) volta para nova análise da Câmara.

Privado, o FGEE será formado pelo patrimônio dos cotistas e pelos rendimentos obtidos com sua administração. A integralização das cotas pela União será autorizada por decreto e poderá ser feita em dinheiro, títulos da dívida pública mobiliária federal ou de ações de sociedades de economia mista. A decisão caberá ao ministro da Fazenda.

Para César Borges, a medida pode viabilizar investimentos, pois o período de construção de empreendimentos do setor

elétrico é de grande risco para os financiadores.

– Nessas obras, a maior parte do capital é investida na etapa pré-operacional. Os bancos não podem assumir o risco de empréstimos desse porte sem garantias. Por outro lado, empresas estatais não podem oferecer as garantias por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal. A solução parece adequada – disse o relator.

O fundo deve ser administrado por instituição financeira controlada, direta ou indiretamente, pela União. Um conselho decidirá quais projetos serão financiados.

Licitação simplificada para a Eletrobrás abre polêmica

A parte mais controversa da MP 450/08 estabelece que o presidente da República poderá definir, por decreto, uma forma simplificada de licitação para a Eletrobrás adquirir bens e serviços, como já acontece com a Petrobras.

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) entende que a medida compromete a competitividade das empresas elétricas dos esta-

dos. Ele e Heráclito Fortes (DEM-PI) sugeriram a supressão do artigo, mas foram derrotados.

José Agripino (DEM-RN) afirmou que a medida “abre uma brecha para coisas pouco recomendáveis”, mas votou a favor da MP. Para Renato Casagrande (PSB-ES), o Congresso já deveria ter regulamentado o artigo 173 da Constituição sobre o estatuto

jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista.

O PLV também autoriza a União a repassar ao BNDES US\$ 2 bilhões com o mesmo custo que foi captado junto ao Banco Mundial e permite que o Tesouro exija do BNDES remuneração compatível com o custo de captação de R\$ 15 bilhões liberados em agosto de 2008.

Congresso deve votar veto a reajuste a aposentado

O Congresso Nacional votou, na quarta-feira, 943 vetos do presidente da República a 119 projetos de lei sobre os quais havia menos controvérsia. Os vetos considerados polêmicos devem ser analisados esta semana. O resultado da votação, feita em cédula, está sendo processado pelo Prodasen. A previsão, porém, é que todos sejam mantidos.

Alguns parlamentares criticaram a forma como os vetos presidenciais têm sido votados. Para o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), votar tantos vetos em apenas uma sessão “atende ao presidente de plantão, seja ele quem for”, e depõe contra o Congresso. O deputado sugeriu que os próximos vetos sejam analisados logo após a sanção do

presidente da República.

Nesta semana, pode ser votado o veto à proposta do senador Paulo Paim (PT-RS) que estenderia às aposentadorias e pensões do INSS o reajuste de 16,67% dado ao salário mínimo em 2006. A derrubada desse veto à emenda de Paulo Paim à MP 288/06 tem apoio de diversos congressistas.

comissões

CCJ tenta consenso para cotas em universidades

Relatora avisa que não abre mão das cotas raciais e sugere que decisão seja feita no voto. Projeto sobre reserva de vagas para deficientes chega ao Senado

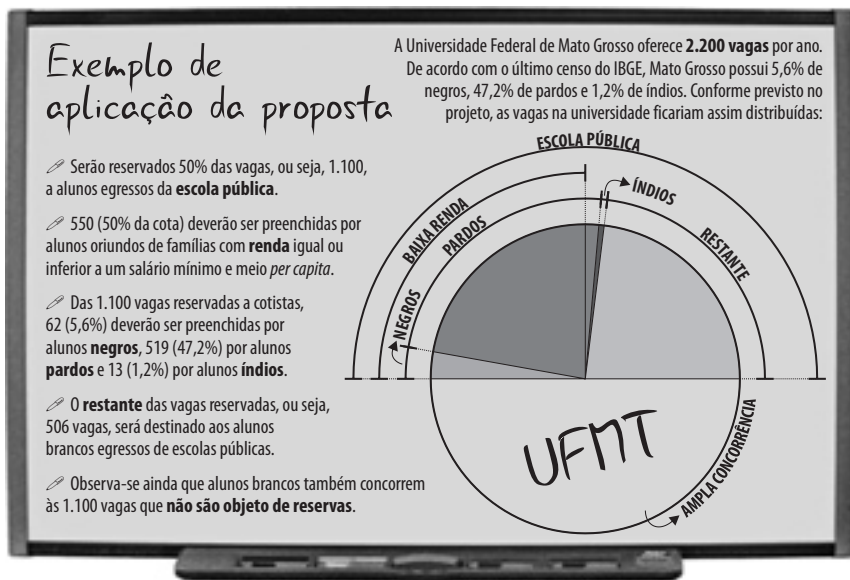
A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar esta semana o projeto que define cotas para ingresso nas universidades e escolas técnicas (PLC 180/08). Além do impasse a respeito das cotas raciais (para negros, índios e pardos), sociais (para oriundos da escola pública) e econômicas (para famílias de baixa renda), agora, a CCJ analisa a inclusão da reserva de 10% das vagas para portadores de deficiência.

Projeto nesse sentido (PL 1.883/03) foi aprovado em decisão terminativa na CCJ da Câmara, em 29 de abril, e será agora analisado pelo Senado.

O relatório da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) direciona 50% das vagas de universidades e escolas federais de ensino técnico para alunos da escola pública, sendo que metade delas deve ser reservada a alunos de famílias com renda de até um salário mínimo e meio *per capita*. As vagas reservadas devem ser preenchidas



Relatora do projeto que define cotas, senadora Serys Slhessarenko, recebeu na semana passada representantes de 45 entidades que apoiam a proposta, semelhante às regras do ProUni



por estudantes negros, pardos e indígenas na proporção de cada etnia na população do estado da instituição.

Contrário ao relatório de Serys,

Marconi Perillo (PSDB-GO) apresentou a criação de cotas sociais de 30% sobre o total de vagas, por considerar as raciais discriminatórias.

Aula presencial em curso a distância recebe críticas

O vice-presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), Marcos Formiga, e o representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Paulo Alcântara Gomes, sugeriram a rejeição do projeto que propõe aulas presenciais periódicas nos cursos de educação a distância (PLS 118/04). A proposta foi apresentada na Comissão de Educação (CE).

Formiga e Alcântara afirmaram que a educação a distância evoluiu muito desde a apresentação da proposta, em 2004, graças a avanços tecnológicos.

O secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação, Carlos Eduardo Bielschowsky, observou que as normas atuais buscam a qualidade e garantem a supervisão. "Já temos momentos presenciais, não de aulas, mas

de provas para que o aluno seja avaliado sem fraudes", declarou. O MEC, afirmou, tem uma equipe de 350 pessoas – das quais 300 doutores – para supervisionar as instituições de ensino a distância.

O senador Flávio Arns (PT-PR), que pediu a realização do debate, propôs que o MEC estimule a educação a distância para pessoas com deficiência, que têm menor escolaridade e empregabilidade.

Universitários deverão atuar na alfabetização de adultos

Os alunos de universidades federais e privadas que recebem recursos da União deverão, por pelo menos um semestre, ajudar na alfabetização de adultos. Esse é o teor do projeto (PLS 3/08) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado em decisão terminativa pela CE.

Pela proposta, a participação das universidades no programa de alfabetização de adultos contará na avaliação institucional. Por sugestão do senador

Wellington Salgado (PMDB-MG), o relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), eliminou o dispositivo que vedava a transferência de recursos da União a universidades sem programas de alfabetização.

A CE aprovou também projeto (PLS 9/02) da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) que reserva ao menos 10% das vagas em creches e pré-escolas para crianças com deficiência. O projeto vai a Plenário.

Dia da abolição motiva reflexões sobre o racismo

O 13 de maio, dia da abolição da escravidão, inspirou a Comissão de Direitos Humanos (CDH) a discutir a questão racial. O debate, sem data definida, foi proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Ele sugeriu que sejam convidados o ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, e representantes da Fundação Palmares e do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro.

No fim de semana a TV Senado exhibe, pela primeira vez no Brasil, a segunda parte da série de documentários da BBC de Londres sobre o racismo. Esse episódio, chamado *Impactos fatais*, explica o uso de categorias raciais como conceitos científicos no sécu-

lo 19. O documentário vai ao ar no sábado, 16, às 15h30 e no domingo, 17, às 21h.

Em 13 de maio de 1888, o governo brasileiro rendia-se às pressões da campanha abolicionista, e a princesa Isabel, regente na ausência do imperador dom Pedro II, sancionava a lei que extinguiu o regime escravista estabelecido mais de 300 anos antes. A escravidão havia começado a declinar com a proibição do tráfico de escravos, em 1850. Mas só a partir da Guerra do Paraguai (1865-1870) o movimento abolicionista ganhou impulso, quando milhares de ex-escravos que retornam da guerra vitoriosos, muitos até condecorados, se recusaram a voltar à condição anterior.

ASSUNTOS DE INTERESSE DOS IDOSOS

A Subcomissão Permanente do Idoso, vinculada à Comissão de Direitos Humanos, vai realizar ciclo de debates sobre questões de interesse dos idosos, como benefícios previdenciários, transporte interestadual, planos de saúde, medicamentos, precatórios e violência. Os debates, que ainda serão agendados, foram sugeridos pelo senador Paulo Paim.

Anvisa defende resolução que limita produtos em farmácias

Agrotóxico, ração animal, bebidas alcoólicas, cigarros, lâmpada e filme fotográfico são alguns produtos à venda em farmácias e drogarias do país, segundo denunciou o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello, em debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A Anvisa editou resolução, que está em consulta pública, para regulamentar a oferta de produtos e serviços nas

farmácias, liberando a venda de quase 3 mil itens.

– O objetivo é melhorar o atendimento à população da perspectiva da saúde, e não da perspectiva do comércio – afirmou Mello.

Representantes do comércio farmacêutico e o senador Adelmir Santana (DEM-DF) contestaram a legitimidade da Anvisa para editar a resolução, por considerar que as regras devem estar em lei.

agora é lei

Campanha anual de incentivo à doação de medula óssea

A partir da morte do filho, vítima de leucemia aguda, o deputado Beto Albuquerque apresentou projeto para que a população seja orientada sobre a importância da doação da medula óssea e como fazer parte do cadastro de doadores. Transformada em lei, publicada no *Diário Oficial da União* do dia 23 de abril, a ideia é estimular a ação unificada da União, estados e municípios para estruturar laboratórios e ampliar locais de exames que identifiquem possíveis doadores.

A Lei 11.930 instituiu a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea, de 14 a 21 de dezembro, quando serão desenvolvidas atividades

e divulgadas informações sobre os procedimentos para o cadastro de doadores, a importância da doação de medula óssea e o armazenamento de dados no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome).

O transplante de medula é feito em casos de doenças como a anemia aplásica grave (falta de produção de células do sangue na medula) e alguns tipos de leucemia (câncer que compromete os glóbulos brancos), como a mieloide aguda, a mieloide crônica e a linfóide aguda. Ainda pode ser indicado no mieloma múltiplo e nos linfomas.

No Brasil, já foram feitos, de 1984 a 2008, 1.263 transplantes.



Para Cristovam, aluno envolvido na alfabetização de adultos terá uma consciência melhor do próprio país

comissões

Hospital conclui que 50% dos abusos sexuais são com crianças

O mais comum são os abusos partirem do pai, padrasto, tio, avô ou irmão do menor de 12 anos, que é atacado repetidamente em 90% dos casos

Quase 50% das vítimas de abuso sexual atendidas pelo Hospital Pérola Byington (SP) em 2008 eram crianças menores de 12 anos. O dado foi revelado pela psicóloga Daniela Pedroso, que atua no Serviço de Atenção à Mulher em Situação de Violência Sexual do hospital, em audiência pública realizada na quinta-feira pela CPI da Pedofilia.

Daniela Pedroso ressaltou que é comum o abuso partir do pai, padrasto, tio, avô, ou de um morador da comunidade ou outro conhecido da família (líder religioso, professor ou vizinho). O abuso ainda é crônico em 90,8% dos casos.

De acordo com a psicóloga, as crianças não relatam os casos porque têm medo ou porque, no caso das bem pequenas, não entendem o abuso como algo errado ou proibido. Daniela Pedroso afirmou ainda serem raros os casos de estupro contra crianças. Ela adiantou que, em

algum momento do drama pessoal, muitas vítimas, inclusive crianças, chegam a cogitar o suicídio como forma de pôr fim à dor e ao sofrimento.

A divulgação de casos de pedofilia na mídia tem levado muitas crianças a tomar coragem e contar o seu drama para a mãe. Isso também repercute positivamente no atendimento psicológico, pois é comum elas revelarem detalhes da agressão já na primeira entrevista ou em um desenho livre, finalizou Daniela Pedroso.

Com a proximidade do fim da CPI da Pedofilia, seu presidente, senador Magno Malta (PR-ES), apontou como grande virtude da comissão “acordar” a sociedade para esse crime “nocivo, desgraçado”.

– A pedofilia é a última instância da degradação moral, emocional e psicológica do ser humano. Já teremos uma sociedade mutilada para frente – lamentou.



Daniela Pedroso (com Magno Malta), psicóloga do Pérola Byington, diz à CPI da Pedofilia que as crianças pensam até em suicídio para fugir da violência

CPI vai propor 30 anos de prisão para pedófilo

A CPI da Pedofilia decidiu na quinta-feira que vai apresentar projeto para incluir o crime de pedofilia no Código Penal. A proposta objetiva punir com 16 a 30 anos de prisão quem praticar violência sexual contra crianças ou adolescentes, caso a vítima venha a morrer.

Já o agressor que manipular a criança nas partes genitais sem praticar o ato sexual (manipulação lasciva ou constrangimento de criança) será punido com pena de reclusão de dois a oito anos e poderá ter a prisão preventiva solicitada.

A proposta também inclui no rol dos crimes hediondos a venda de material pornográfico e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Determina ainda que quem praticar estupro contra criança poderá cumprir pena de 10 a 14 anos de prisão. A mesma pena será aplicada ao agressor que cometer atentado violento contra criança.

A matéria segue agora para as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Proibição de venda de tintas em aerossol a menores de 18

A comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 anos poderá ser crime de acordo com projeto de lei da Câmara (PLC 138/08) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira. Além disso, as embalagens deverão trazer inscritas as frases “Pichação é crime (artigo 65 da Lei 9.605/98)” e “Proibida a venda a menores de 18 anos”. Mesmo a venda para maiores de 18 anos ficará condicionada à apresentação de documento de identidade, e toda nota fiscal emitida deverá ter a identificação do comprador.

Os comerciantes que não aca-

tarem a determinação ficarão sujeitos às sanções previstas na Lei de Crimes Ambientais (9.605/98), como advertência, multa, apreensão ou destruição de produtos utilizados na infração, além de suspensão parcial ou total das atividades.

A proposta do deputado Geraldo Magela (PT-DF) estabelece ainda que não será considerado crime o uso do grafite, quando feito com o consentimento do proprietário do imóvel ou por autoridades administrativas, no caso de bens públicos.

O projeto ainda será examinado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

MAIORIDADE PENAL

A falta de acordo adiou para esta semana a votação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de duas emendas de Plenário apresentadas à proposta de emenda à Constituição (PEC 20/99) que trata da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. A primeira emenda, de Magno Malta (PR-ES), determina que o menor de 18 anos seja responsabilizado judicialmente por crime hediondo. A segunda, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), prevê que lei complementar poderá diminuir ainda mais o limite para imputabilidade penal em caso de crimes hediondos.

NOVO CPP

Os líderes partidários devem indicar nos próximos dias os senadores que comporão a comissão especial encarregada de elaborar o projeto do novo Código de Processo Penal (CPP). Eles vão trabalhar a partir do texto elaborado pela comissão de juristas criada a pedido de Renato Casagrande (PSB-ES). Demostenes Torres (DEM-GO) anunciou que pedirá ao presidente do Senado, José Sarney, que sugira à Câmara a criação de comissão especial com o mesmo objetivo para acelerar os trabalhos. A meta é que o Congresso vote o novo CPP até o final do ano.

CDR debate direitos dos passageiros e overbooking

As regras do projeto (PLS 114/04) que trata do atraso e cancelamento de voos e da venda de assentos em número maior do que a capacidade das aeronaves – o *overbooking* – devem ser mais equitativas, penalizando as empresas aéreas, mas também os consumidores. Esse equilíbrio foi defendido pela maior parte dos participantes de audiência pública realizada na quarta-feira pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Para o diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Pacheco dos Guarany, as empresas aéreas devem ser punidas pelo *overbooking*, mas os passageiros também deverão receber punição quando confirmarem reserva e não comparecerem ao embarque. Ele também considera razoável reduzir o limite de tolerância de atrasos de voos das atuais quatro horas para duas horas, quando deverá começar a assistência aos passageiros (alimentação, traslado ou hospedagem). Já as exigências de ônibus suficientes para todos os passageiros viajarem sentados do terminal até o avião e de prazo de 20 minutos para entrega de bagagens seriam excessivas, avaliou Guarany.

Regulamentação da profissão de comerciário na CAS

Representantes de centrais sindicais e movimentos de trabalhadores defenderam a regulamentação da profissão de comerciário em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) convocada para discutir dois projetos sobre o assunto: os PLSs 115 e 152/07, de Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS), respectivamente.

Piso salarial, redução da jornada de trabalho e regulamentação do trabalho aos domingos e feriados foram pontos defendidos por todos os convidados.

Por sugestão de Adelmir Santana (DEM-DF), a CAS ouvirá também representantes dos empresários. Já a relatora, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), sugeriu que, para chegar a uma proposta final, será preciso ouvir o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, além da classe patronal, dos trabalhadores e de juristas especializados no assunto.

Ideli Salvatti (PT-SC) informou que o ministro reconhece a necessidade da regulamentação. Gim Argello (PTB-DF), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Osmar Dias (PDT-PR), entre outros, também defenderam a regulamentação.



Na reunião da CCT, Antônio Carlos Júnior e Renato Casagrande, que substituiu no projeto da Câmara a expressão e-mail por mensagem eletrônica

E-mail poderá servir de prova em processos judiciais

As mensagens eletrônicas transmitidas pela internet, os e-mails, poderão ser usadas como provas em processos judiciais, segundo o Projeto de Lei da Câmara 170/08, aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta segue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, depois, ao Plenário.

Segundo o projeto, o e-mail goza de “presunção de veracidade quanto ao emitente e às suas declarações unilaterais de vontade”, desde que certificado digitalmente nos moldes da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil) – entidade vinculada ao governo federal responsável pela regulamentação das atividades de certifica-

ção digital no país.

– A mensagem eletrônica se tornou uma forma de comunicação muito usada entre as pessoas. Por isso, o projeto adequa o Código de Processo Civil à realidade – disse Renato Casagrande (PSB-ES), relator da matéria na CCT.

Foram ainda aprovados pela CCT, em decisão terminativa, 39 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Aprovou-se também proposta de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) para a realização de audiência pública sobre o programa espacial brasileiro, sugestão semelhante a proposta de Flávio Arns (PT-PR) acatada anteriormente.



No Paraná, a estiagem transformou as Cataratas do Iguaçu, um dos cenários mais exuberantes do país, em pequenas cachoeiras. Já no Piauí, a população sofre com os alagamentos provocados pelas chuvas

Paim pede reflexão sobre devastação ambiental

Senador lembra preocupação de cientistas com as mudanças climáticas, que podem aumentar os níveis dos mares e provocar escassez dos alimentos

A estiagem no Rio Grande do Sul e as enchentes nas regiões Norte e Nordeste levaram Paulo Paim (PT-RS) a propor uma reflexão sobre a devastação do meio ambiente pela ação do homem. Para ilustrar sua preocupação com o tema, o senador citou artigo da revista *JB Ecológico* que alerta para o processo de derretimento dos polos Norte e Sul.

– Cientistas estão aturridos e sem entender direito a dimensão do que está por vir, em termos do aumento de cataclismos e da subida do nível dos mares. Fala-se em cenários catastróficos para

daqui a 50, 100 anos.

Segundo previsão da *JB Ecológico*, destacada por Paim, a agenda global dos governos deverá estar focada, nos próximos anos, nas limitações à exploração de recursos hídricos, energéticos e alimentares. O desafio será compatibilizar a escassez continuada desses recursos com a perspectiva de crescimento da população mundial em cerca de 1,2 bilhão de pessoas entre 2009 e 2025, principalmente na Ásia e África.

Paim ressaltou ainda alerta feito pelo economista e físico Mohan Munasinghe, Prêmio Nobel

da Paz em 2007, quanto ao maior impacto do aquecimento global sobre os países menos favorecidos economicamente.

Paulo Paim citou quatro proposições apresentadas por ele: o PLS 112/08, que obriga o poder público a priorizar a compra de papel reciclado; o PLS 618/07, regulamentando as profissões de catador de materiais recicláveis e de reciclador de papel; a PEC 23/08, que submete ao Senado a compra e o arrendamento de terras rurais na Amazônia Legal; e o PLS 271/04, sobre o prazo para apresentação de defesa em crimes ambientais.

Adelmir propõe que empresas elétricas contribuam para o Sesc

Adelmir Santana (DEM-DF) defendeu na sexta-feira projeto que apresentou para vincular parte das contribuições das empresas do setor elétrico ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e ao Serviço Social do Comércio (Sesc). Atualmente, as empresas de transmissão, comércio atacadista e distribuição de energia elétrica contribuem apenas para os sistemas da indústria (Sesi e Senai).

O objetivo da proposta (PLS 94/09) é corrigir uma distorção na estrutura de financiamento dos sistemas de serviço social e aprendizado profissional admi-

nistrados pelas entidades sindicais patronais.

– A participação desses recursos é feita de acordo com a natureza da atividade empresarial exercida pela empresa, de modo que as empresas industriais contribuem para o Senai e o Sesi, e as comerciais, para o Sesc e o Senac.

Com a privatização de boa parte do sistema elétrico nacional, explicou o senador, as áreas de produção e geração de energia elétrica foram separadas, introduzindo as atividades intermediárias de comércio atacadista e de transmissão de



Adelmir Santana lembra que setor também participa do comércio e transmissão de energia elétrica

energia elétrica. No entanto, afirmou, o recolhimento das contribuições continuou sendo feito integralmente ao Senai e ao Sesi, responsáveis somente pelas empresas industriais.

TAQUÍGRAFOS

Marco Maciel (DEM-PE) destacou sexta-feira a importância da taquigrafia para registro das atividades do Legislativo e do Judiciário. Ele lembrou o Dia do Taquígrafo, celebrado em 6 de maio, ressaltando que a data foi instituída em alusão à instalação da Assembleia Nacional Constituinte de 1823. Nessa data, pela primeira vez os taquígrafos exerceram a profissão para a elaboração de atas com discursos legislativos no Brasil. Apesar de avanços tecnológicos, disse, a taquigrafia conserva sua necessidade.

MAIORIDADE PENAL

Uma experiência precoce no presídio contribuirá para aumentar a criminalidade juvenil, visto que a taxa de reincidência no sistema carcerário brasileiro é superior àquela registrada nas instituições que abrigam menores infratores. O argumento é do senador João Pedro (PT-AM), que manifestou sexta-feira sua preocupação com a redução da maioria penal para 16 anos, aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que deverá ainda ser decidida em Plenário.

ENSINO TÉCNICO

Paulo Paim (PT-RS) destacou as comemorações dos cem anos de ensino técnico no Brasil, entre elas, sessão especial no Senado e na Câmara, no dia 18. Ele informou ainda que debaterá a proposta de emenda à Constituição (PEC 24/05), de sua autoria, em encontro na capital gaúcha. A PEC aguarda votação em Plenário. De acordo com a proposta, o Fundep receberá 2% da arrecadação dos impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados (IPI), além de 3% do PIS-Pasep.

Zambiasi quer MP para minimizar efeitos da seca no Rio Grande do Sul

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu à Presidência da República a edição de medida provisória para minimizar os efeitos da seca no Rio Grande do Sul. A estiagem, enfatizou, já causou a quebra da safra agrícola do estado, especialmente a de soja, e levará a um prejuízo de R\$ 1,2 bilhão.

A governadora gaúcha, Yeda Crusius, informou Zambiasi, já adotou medidas para socorrer as famílias afetadas pela seca, que passam de 1 milhão. Segundo Zambiasi, a governadora liberou R\$ 5 milhões para as áreas atingidas, determinou o adiamento de R\$ 50 mil do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos municípios afetados e a isenção de impostos nas compras de sementes de milho.

O senador destacou que nos

últimos oito anos o estado sofreu cinco secas, situação incofomum para um estado da região Sul, predominantemente frio e chuvoso. A seca que atinge o território gaúcho é a pior desde 1929, o que levou 196 municípios a declarar estado de emergência. Algumas localidades do noroeste do estado decidiram, na próxima semana, suspender aulas, atendimento em postos de saúde, salvo emergências e atividades administrativas.

O senador Marco Maciel (DEM-PE) lembrou que a economia gaúcha influencia a nacional, uma vez que o estado é o segundo maior exportador do Brasil.

Já o senador João Pedro (PT-AM) defendeu a realização de estudos que contemplem questões econômicas, sociais e ambientais para direcionar as políticas públicas.

homenagem

O primeiro ano da abertura do mercado de resseguros

Os senadores comemoraram na quarta-feira o primeiro ano da abertura do mercado de resseguros no Brasil, quando empresas privadas puderam iniciar atividades no setor. Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que requereu a sessão, explicou que o chamado resseguro nada mais é que um “seguro do seguro”, ou seja, quando a operação de seguro envolve importâncias ou riscos elevados, a seguradora repassa às resseguradoras parte da responsabilidade e parte dos lucros.

Na presidência da sessão, Mão Santa (PMDB-PI) leu mensagem de José Sarney em que ele classificou a abertura do mercado de resseguros como medida fundamental para a segurança do empreendedor nacional e da economia do país.

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que a quebra do monopólio do mercado de resseguros e o fortalecimento do IRB-Brasil estão sendo importantes para

o país enfrentar a crise internacional.

Marconi Perillo (PSDB-GO) cobrou mais investimentos na Superintendência de Seguros Privados (Susep), tanto na área de tecnologia da informação quanto no aumento do quadro de trabalhadores.

Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que a Lei Complementar 126/07 “colocou o Brasil em sintonia com as práticas de resseguro dos principais mercados do mundo” e modernizou a economia brasileira.

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização e da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, João Elísio Ferraz Campos, agradeceu a homenagem. Segundo o dirigente, em um ano, mais de 50 empresas de resseguros se estabeleceram no mercado, gerando empregos e colocando o seu capital e a sua capacidade técnica à disposição das companhias de seguros.

institucional

1ª Secretaria divulga relatórios sobre contratos

O 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), divulgou na terça-feira os quatro primeiros relatórios da comissão técnica especial encarregada de examinar os contratos firmados pelo Senado.

Os relatórios referem-se aos contratos com as empresas Aval, Ágil, Fiança e Delta Engenharia, que totalizam R\$ 14,165 milhões.

Entre os problemas apontados estão a ausência de planejamento e documentos, a existência de mais de um contrato para atender a uma mesma necessidade e o descumprimento de normas legais. Os relatórios concluem ainda pela “urgente necessidade da mudança no paradigma de gestão da administração da Casa”.

Assinados pelo presidente da comissão, Florian Madruga, os documentos foram encaminhados ao diretor-geral, Alexandre Gazineo.

FGV apresenta esboço de reforma administrativa

Na terça-feira, a instituição mostrará as linhas mestras do trabalho de reestruturação. Senadores terão 30 dias para dar sugestões

A Fundação Getúlio Vargas deverá apresentar na terça-feira as linhas mestras do trabalho de reforma administrativa do Senado. Segundo o presidente da Casa, José Sarney, os senadores poderão apresentar sugestões durante um prazo de 30 dias. Sarney também apresentou em Plenário prestação de contas dos seus três meses na Presidência.

Ainda na terça-feira, Sarney solicitou ao procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, a designação de um pro-

curador para acompanhar as investigações sobre as denúncias contra funcionários da Casa. Segundo nota divulgada pela Secretaria de Imprensa da Presidência, o Senado é jurisdição da Polícia Legislativa, mas tanto o Ministério Público quanto a Polícia Federal têm autonomia para atuar.

Ainda segundo a nota, os inquéritos abertos pela Polícia do Senado só podem ser encerrados pela Justiça e depois de ouvido o MP, que pode pedir informações adicionais.

João Carlos e Denise Zoghbi negam denúncias à Polícia do Senado

Em depoimento na quarta-feira à Polícia Legislativa, o ex-diretor de Recursos Humanos do Senado João Carlos Zoghbi e sua mulher, Denise Zoghbi, ex-diretora do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), negaram ter acusado senadores ou o ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia de envolvimento em irregularidades administrativas de-

nunciadas pela revista *Época*.

O procurador Gustavo Pesanha Velloso vai acompanhar o inquérito instaurado pela Polícia Legislativa para apurar denúncias contra João Carlos Zoghbi. Ele foi designado pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, em resposta à solicitação do presidente do Senado, José Sarney.

Tuma anuncia duas sindicâncias para apurar denúncias contra ex-diretor de RH

Romeu Tuma (PTB-SP), corregedor do Senado, anunciou na terça-feira que instaurou investigação para apurar a denúncia da revista *Época* de que o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi teria criado esquema com empresas-laranjas para obter vantagens de bancos na liberação de empréstimos consignados aos funcionários da Casa.

Ainda segundo o corregedor, foi instaurado um segundo processo, sob a condução do 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), para investigar as declarações de Zoghbi feitas à *Época* de que ele –Tuma–, Efraim Morais (DEM-PB) e o ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia também estariam envolvidos no esquema.

Horas extras serão registradas eletronicamente

A 1ª Secretaria do Senado divulgou na quarta-feira nova regulamentação para o pagamento de horas extras. A partir do próximo dia 12, haverá registro eletrônico diário do serviço extraordinário prestado, com senha pessoal e intransferível, e o pagamento ficará restrito ao trabalho realizado nas dependências do Senado no Distrito Federal.

Ainda de acordo com a 1ª Secretaria, serão responsabilizados o servidor e o gestor da área em questão por eventuais incorreções e irregularidades no pagamento de horas extras, que não podem ser prestadas nos períodos de recesso parlamentar (janeiro e julho). A 1ª Secretaria informou também que está em estudo a implantação de um sistema de ponto eletrônico para os servidores do Senado.

presidência



Lugo e Sarney em Brasília: na visão do presidente do Senado, o mundo do futuro não depende do tamanho dos países, mas do seu desenvolvimento

Para Sarney e Lugo, Brasil e Paraguai devem lutar juntos para crescer

Brasil e Paraguai devem procurar crescer juntos, disseram na quinta-feira os presidentes do Senado, José Sarney, e do Paraguai, Fernando Lugo, durante encontro em Brasília.

– O mundo do futuro não será de países grandes ou pequenos, mas de países que dominem tecnologias e tenham bons níveis educacionais, de distribuição de renda e de justiça social. Temos que

lutar para crescer juntos. Esse é o sentimento do Brasil em relação ao Paraguai – afirmou Sarney.

Em resposta, o presidente paraguaio defendeu a busca de uma integração “muito mais sólida, ampla e aberta ao futuro”.

– Cremos que os países que já puderam dar esse passo podem estender a mão ao Paraguai – ressaltou.

CHINA

O novo embaixador da China no Brasil, Qiu Xiaohu, visitou na quarta-feira o presidente do Senado, com quem conversou sobre a necessidade de aumento das relações entre os dois países nos campos da economia, ciência e cultura.

VIGILANTES

Acompanhado de representantes da Confederação Nacional dos Vigilantes, o presidente do PT no DF, Chico Vigilante, pediu ao presidente do Senado a votação urgente de projeto que concede adicional de periculosidade aos vigilantes.

PROGRAMA ESPACIAL

José Sarney prometeu ao presidente da Agência Espacial Brasileira, Carlos Ganem, em visita ao Senado Federal, apoio para que os investimentos no programa espacial sejam aumentados e mantidos de forma continuada.

CINEMA NACIONAL

O presidente da Agência Nacional de Cinema, Manoel Rangel, e a produtora Paula Lavigne relataram a José Sarney, em encontro na quarta-feira, o lucrativo desempenho dos filmes brasileiros, como resultado das políticas de incentivo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Jornalismo oficial é mais imparcial, diz especialista

Imparcialidade, objetividade e universalidade na cobertura jornalística têm hoje mais espaço nos meios de comunicação estatais, em especial nos veículos do Legislativo, do que na imprensa privada. É o que afirma o analista de comunicação do Senado e professor do curso de Jornalismo Legislativo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) Luís Carlos Santana de Freitas.

Entrevistado pelo programa *Estação da Mídia*, da Senado FM, o mestre em Comunicação considera que os princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e da publicidade na administração pública tendem a dar suporte a um jornalismo mais imparcial, diferente daquele praticado pelos assessores de imprensa dos parlamentares.

Estação da Mídia

Senado FM
12/5, terça-feira, às 7h30
Internet: 12/5, terça-feira

Médico orienta sobre hipertrofia da adenoide

Irene Soares da Silva, uma ouvinte de Ourilândia do Norte (PA), tem uma filha de 16 anos que sofre de hipertrofia da adenoide. Tudo começou com uma falta de ar, coceira no nariz, espirros em série e nariz inchado, sintomas que lhe causam grande nervosismo. O resultado dos exames apontou alergia, mas o uso de antialérgicos não surtiu efeito.

Para esclarecer as dúvidas da ouvinte, a Rádio Senado convidou o otorrinolaringologista e cirurgião Frederik Vieira para participar do *Pergunte ao Doutor*.

Pergunte ao Doutor

Senado FM
13/5, quarta-feira, às 7h30
Internet: 13/5, quarta-feira

FOTOS: TV SENADO



Danielle Mitterrand (E), viúva do ex-presidente François Mitterrand, e a senadora colombiana Piedad Córdoba: defesa da preservação da água e reféns das Farc são temas do programa



Diplomacia mostra mulheres de fibra

Programa da TV Senado também discute os efeitos da crise mundial no Mercosul e a migração pomerana para o Brasil

O programa *Diplomacia*, da TV Senado, exhibe neste fim de semana duas mulheres de luta: Danielle Mitterrand, viúva do ex-presidente da França François Mitterrand, e a senadora Piedad Córdoba, principal interlocutora nas negociações para liberação de reféns entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Danielle Mitterrand fala da sua luta implementada em vários países pela preservação da água, "elemento essencial da vida". Já Piedad Córdoba analisa a conjuntura colombiana e as iniciativas que têm sido tomadas para a construção de um ambiente de paz social.

O *Diplomacia* traz ainda, no "dossiê diplomático", os efeitos no Mercosul da crise econômica mundial, segundo a ótica das lideranças sindicais dos países

membros do bloco.

Em outro assunto do programa, o Brasil se prepara para celebrar o sesquicentenário da migração pomerana, iniciada entre os anos de 1856 e 1872, desembarcando no porto de Vitória (ES). A Pomerânia (norte da Alemanha e da Polônia) desapareceu após a 2ª Guerra Mundial, mas seu povo encontrou no Brasil um novo lar.

O *Diplomacia* tem música africana de Burkina Fasso, analisa o livro *Minha vida ao lado do Che*, de Aleida March, e comenta o filme francês *Dogorá*, de Patrice Leconte, sobre o povo cambojano.

Diplomacia

TV Senado
Sábado, 16/5, às 11h30 e 22h30
Domingo, 17/5, às 9h e 17h

Conexão Senado discute solução para as favelas

Em debate no *Conexão Senado*, a expansão das favelas nas principais cidades do país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, preocupa as autoridades, os urbanistas e a população. Especialistas discutem as alternativas para o problema, como a remoção dos moradores para conjuntos habitacionais ou a efetiva urbanização das favelas. A ideia de construir muros para evitar sua expansão (que já está sendo implementada no Rio) contribuiria para solucionar a questão ou apenas ajudaria a criar verdadeiros guetos?

Conexão Senado

Senado FM e OC
11/5, segunda-feira, às 8h
Internet: 11/5, segunda-feira

Tire suas dúvidas sobre licença-maternidade

Exercido pela mulher, o direito à licença-maternidade tem a criança como o maior favorecido. Mas quem tem esse direito? E como ter acesso ao benefício? Para responder a essas questões, o *Fique por Dentro da Lei* convidou a chefe da Divisão de Reconhecimento Inicial do Direito do INSS, Isabel Cristina Sobral. Na entrevista, Isabel também esclarece dúvidas de duas ouvintes do Maranhão sobre a concessão da licença a trabalhadoras rurais.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OM
11/5, segunda-feira, às 10h
Internet: 11/5, segunda-feira

Nota ao leitor

A partir desta edição, a publicação da coluna de resenhas de livros editados pelo Senado Federal passará a ser quinzenal, e não mais semanal.



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - EcoSenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - EcoSenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - EcoSenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - EcoSenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado (reprise)
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico: Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Cargos eletivos

"O Tribunal Superior Eleitoral não deveria exigir do cidadão mais carente comprovante de escolaridade para se candidatar ao cargo de vereador ou prefeito. Com o passar dos anos, outras imposições poderão surgir, como opção sexual, religiosa ou cultural, dificultando ainda mais a possibilidade de o cidadão se candidatar."

Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)

Horário de verão

"O aproveitamento da claridade do sol pela maior duração dos dias de verão tem sua lógica. Isso ocorre no período de 90 dias em torno do solstício de verão nas áreas situadas além dos trópicos de Câncer e de Capricórnio. Por isso, no Brasil, o horário de verão deveria se restringir ao período de 9 de novembro a 7 de fevereiro – com as devidas aproximações dos fins de semana – e se limitar à região Sul do país e, no máximo, aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. A extensão além desses limites é forçada, resultando em ônus social. A prorrogação até o último domingo de fevereiro quando o Carnaval ocorrer no terceiro domingo desse mês é um exagero completo."

Roldão Simas Filho, de Brasília (DF)

Distorção do ensino

"Hoje vivemos um dilema: educar ou encher salas. Ensinar não é mais o fator primário no ensino público. No particular, encher as salas é uma meta. O ensino vem se tornando menos humano a cada ciclo educacional devido a políticas totalmente erradas. Hoje, querem mostrar números, ou seja, apenas estatísticas no fim de cada ano. A qualidade ficou bem aquém do esperado."

Luiz Fernando Costa, de Duque de Caxias (RJ)

Lei Seca

"Quero manifestar meu repúdio à absurda Lei 11.705/08, mais conhecida como Lei Seca. Tal lei, notoriamente inconstitucional, traz em seu bojo verdadeira afronta a inúmeros princípios constitucionais e infraconstitucionais, sobretudo quando prevê a detenção de seis meses a três anos a quem conduzir veículo automotor sob influência de determinada quantidade de álcool ingerido. Não se deve punir criminalmente alguém por um perigo abstrato. É preciso comprovar o dano causado a outrem. Essas disposições devem ser declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal e urgentemente reformadas pelo Congresso Nacional."

Tiago Trindade, de São Paulo (SP)

Senado itinerante

"Sugiro que o Senado Federal passe a realizar sessões itinerantes nas regiões mais críticas do país. Assim os senadores poderiam conhecer melhor os problemas sociais que tanto afligem o povo brasileiro."

Tácito Loureiro da Silva Baptista, de São Paulo (SP)

Destaque na educação

"Muito me orgulho de ter no Senado Federal alguém que realmente representa a educação em nosso país. Refiro-me ao senador Cristovam Buarque, que sempre tem mostrado a sensibilidade de um verdadeiro mestre ao tratar de assuntos relacionados à educação. Quicá tivéssemos em cada assembleia legislativa pelo menos um deputado com tamanha dedicação à área. Quero aqui endossar as palavras do senador ao questionar o 'excesso de zelo' dedicado por vários países a seus sistemas financeiros, em detrimento do setor educacional."

Marcos Ribeiro de Melo, de Rubiataba (GO)

frases



Em momentos de crise, como o que sofre agora o planeta, é comum a Humanidade escolher caminhos rápidos, mas destruidores dos recursos naturais

Renato Casagrande, que pediu um pacto nacional em defesa da Amazônia Azul, a parte marítima que circunda a costa brasileira.

Eu disse que o Brasil superou suas dificuldades, está hoje num novo patamar internacional e apto a agregar responsabilidades. Nossas relações com o mundo amadureceram e, juntos, estamos lutando para melhorar a situação internacional e vencer as crises

José Sarney, sobre conversa com o ex-presidente americano Jimmy Carter.



MÁRCIA KALLUME

É lamentável que aproximadamente 44 milhões de brasileiros tenham de receber cerca de R\$ 100 por mês para não morrer de fome

Marisa Serrano, sobre o programa Bolsa Família, que atende a quase 25% da população do país.

Se o Estado fosse uma empresa, já teria quebrado. Falta capacidade de gestão. É preciso cortar gastos para poder elevar a capacidade de investimento

Arthur Virgílio, defendendo cortes no custeio da máquina estatal.

Quando vem uma denúncia, é preciso verificar, antes de publicar, se é verdadeira. Analisar bem antes de jogar na lama o nome de qualquer cidadão

Efraim Morais, ao cobrar retratação da imprensa por notícias contra ele e Romeu Tuma.

Não me dou por suspeito porque não há razão. Não estou interferindo nas investigações

Romeu Tuma, ao avisar que não se afastará da Corregedoria em razão de denúncias do ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi.

Não estamos tratando aqui de migalhas, mas de milhões, quem sabe, de bilhões. O Senado tem o dever de investigar, não pode ficar silente diante desses escândalos

Alvaro Dias, que iniciou coleta de assinaturas para criar CPI sobre a Petrobras.

Onde poderemos chegar se começarmos a redução da idade agora?

Ideli Salvatti, advertindo que há países em que a idade imputável é de seis anos e defendendo a rejeição da maioria penal aos 16 anos.

Peço desculpas. Trata-se de questão de minha responsabilidade

Eduardo Suplicy, ao anunciar devolução do dinheiro das passagens de sua cota utilizadas pela namorada.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

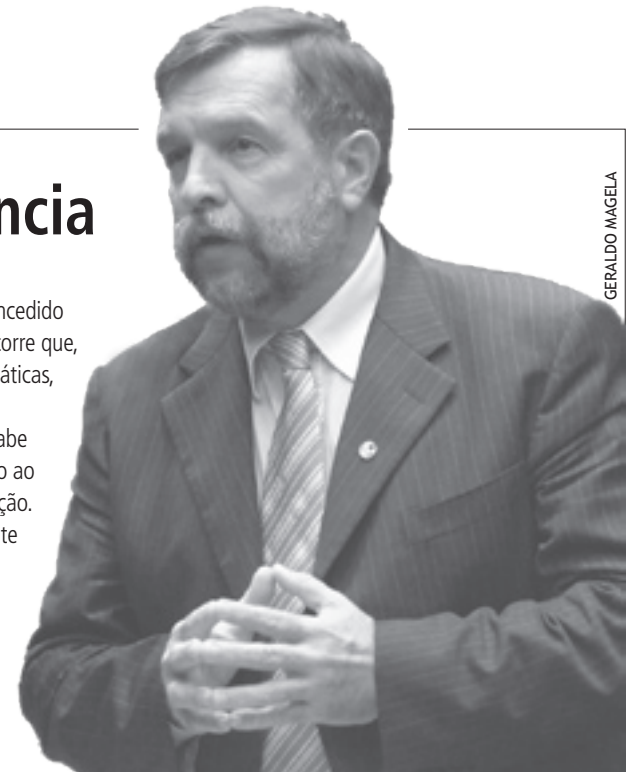
pergunte ao senador

Aposentadoria especial para pessoas com deficiência

O senador **Flávio Arns (PT-PR)** responde:

Prezado leitor, o projeto que você cita é de extrema importância, porque visa regulamentar o disposto no parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição para estabelecer condições diferenciadas para aposentadoria dos servidores públicos com deficiência. A proposta do senador Paulo Paim [PT-RS] estabelece que o servidor público da administração pública direta, autárquica e fundacional que seja titular de cargo efetivo e portador de deficiência terá direito à aposentadoria voluntária após 25 anos de contribuição, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria. O benefício – que se destina tanto a servidores da União, como dos estados,

Distrito Federal e municípios – deverá ser concedido independentemente da idade do servidor. Ocorre que, nas análises já realizadas nas comissões temáticas, ficou claro que a proposição enfrenta o que chamamos de "vício de iniciação", porque cabe ao Executivo dispor sobre essa questão e não ao Legislativo, de acordo com a nossa Constituição. Caso a proposição fosse aprovada, certamente seria vetada pelo presidente da República. Por isso mesmo, a saída para o impasse está na apresentação de projeto semelhante de iniciativa do Executivo para que a aposentadoria especial possa atender a essa justa reivindicação.



GERALDO MAGELA

"Há como agilizar a aprovação final, pelo Senado, ainda neste semestre, do PLS 250/05, que regulamenta dispositivo da Constituição prevendo aposentadoria especial para servidores públicos portadores de deficiência física?"

José Corrêa Carlos, de Marília (SP)

Qualidade de vida no trabalho beneficia a todos

O bem-estar do trabalhador ligado à produtividade e aos resultados da empresa. Essa é a ideia central do conceito de qualidade de vida no trabalho (QVT), que já faz parte da política de recursos humanos de diversas instituições públicas e privadas no país. Saiba mais sobre o assunto e conheça exemplos de ações adotadas por algumas empresas.

Preocupação com humanização e responsabilidade da empresa

A expressão “qualidade de vida no trabalho” surgiu na década de 1960, nos Estados Unidos, onde o movimento ganhou impulso. Os principais aspectos abordados eram a segurança e saúde no trabalho, o desenvolvimento das capacidades humanas, a adequada e satisfatória recompensa pelo trabalho e a integração social.

Para o pesquisador americano Richard Walton, professor da Harvard Business School, a sigla QVT tem sido muito utilizada para descrever certos aspectos e valores ambientais e humanos que foram negligenciados pelas sociedades industriais em favor do avanço tecnológico, do crescimento econômico e da produtividade. O estudioso define QVT como o atendimento de necessidades e aspirações humanas, calcado na ideia de humanização e responsabilidade social da empresa.

Segundo Ana Cristina Limongi-França, professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, o conceito de QVT corresponde a um conjunto de ações de uma empresa que envolvem diagnósticos e implantação de melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais dentro e fora do ambiente de trabalho. A intenção é propiciar condições plenas de desenvolvimento humano para e durante a realização do trabalho.

A Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV), entidade sem fins lucrativos fundada em 1995, é voltada para o estímulo de ações em ambientes corporativos. Alguns princípios utilizados pela entidade são os de saúde física, estado psicológico, nível de dependência, relações sociais e relacionamento com o meio ambiente e a comunidade.

Conheça as categorias propostas por Richard Walton que avaliam a QVT e seus indicadores, sugeridos por Eda Fernandes, autora do livro *Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar*:

Compensação justa e adequada – A obtenção de remuneração adequada pelo trabalho realizado e o respeito à equidade interna (comparação com outros colegas) e à equidade externa (mercado de trabalho).

Condições de trabalho – A jornada de trabalho e a qualidade e segurança do ambiente físico.

Uso e desenvolvimento de capacidades – O aproveitamento do talento humano, o incentivo à utilização da capacidade plena de cada indivíduo no desempenho de suas funções e *feedbacks* constantes acerca dos resultados obtidos no trabalho e do processo como um todo.

Oportunidade de crescimento e segurança – Políticas da empresa voltadas para a possibilidade de carreira, crescimento pessoal e segurança no emprego.

Integração social na organização – Igualdade de oportunidades, independente da orientação sexual, classe social, idade e outras formas de discriminação, além do cultivo ao bom relacionamento.

Constitucionalismo – Respeito aos direitos trabalhistas, à privacidade pessoal e à liberdade de expressão.

O trabalho e o espaço total de vida – Equilíbrio entre vida pessoal e trabalho e estabilidade de horários.

Relevância social do trabalho na vida – A imagem da empresa na comunidade e sua responsabilidade social, a qualidade dos produtos e a prestação de serviços.

Serasa conseguiu reduzir problemas de saúde

A Serasa, empresa especializada em análises de informações econômico-financeiras e cadastrais para apoiar decisões de crédito e de negócios, é um exemplo de organização que adota programas de QVT. A empresa mantém serviços que visam proporcionar aos funcionários o gerenciamento de sua saúde e de seu estilo de vida, condições de bem-estar pessoal e profissional, melhoria dos relacionamentos interpessoais e das práticas de saúde.

Os programas levaram a uma significativa redução nos custos com assistência médica e odontológica e a uma queda no número de faltas dos funcionários. Veja o

que vem sendo adotado pela Serasa:

- **ações e campanhas** de cuidados com a saúde: controle do colesterol e vacinação contra gripe, entre outras;
- **programa de ginástica laboral** e campanha de doação de sangue;
- **programa de prevenção** e tratamento da osteoporose;
- **palestras sobre hábitos alimentares** e orientação nutricional, além do programa Vigilantes do Peso;
- **programa Ser Serasa, Ser Sadio**: proporciona atendimento personalizado nas áreas de psicologia, fonoaudiologia, psiquiatria, terapia ocupacional, terapias alternativas e outras.



ANA VOLPE/JS

Sessão de ginástica laboral no Alô Senado. Instituições que aplicam noções de qualidade de vida no trabalho obtêm como resultados a diminuição das faltas e a maior produtividade dos empregados

Senado mantém serviço de reabilitação funcional

No Senado, o Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional (SQVR) visa ao bem-estar físico e psicológico do servidor ativo, aposentado e comissionado. Os procedimentos são fundamentados em diagnóstico prévio, em que o servidor é submetido a avaliação psicológica.

O SQVR surgiu como alternativa para solucionar os problemas decorrentes de absenteísmo, patologias ocupacionais, baixa produtividade e déficit na qualidade de vida laboral. Em parcerias com outros órgãos da Casa, como as secretarias de Assistência Médica e Social (Sams) e de Recursos Humanos (Serh), o serviço busca soluções também para processos de aposentadorias precoces deflagrados por doenças crônicas geradas por insatisfação no ambiente de trabalho, casos de licenças médicas para tratamento de depressão e de servidores à disposição da Serh.

Atividades desenvolvidas

Individuais

Readaptação funcional – Quando o servidor precisa mudar suas atividades ou seu local de trabalho para melhor se adequar a alguma restrição física ou mental sofrida.

Reabilitação funcional – Necessária quando o servidor apresenta dificuldade nos relacionamentos interpessoais, inaptidão na execução das tarefas e deficiência cognitiva.

Coletivas

Ações de qualidade de vida – Oficinas de fotografia, *feng shue*, papel artesanal, mosaico, pintura, biodança, relaxamento.

Cursos presenciais e a distância – Oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Programa de Responsabilidade Social – Estímulo ao voluntariado e campanha de doação de sangue (em parceria com o Hemocentro de Brasília).

Eletrobrás oferece *check-up* médico anual

O projeto Eletrobrás Saudável, instituído em 2006 pela Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), é composto de ações contínuas e integradas que visam à promoção da saúde e à prevenção de doenças dos trabalhadores dessa empresa pública. A intenção é estimular a prática de hábitos saudáveis e contribuir para a melhoria do ambiente de trabalho, o aumento da produtividade, a redução do absenteísmo e, conseqüentemente, a redução dos custos com assistência médica.

A Eletrobrás proporciona aos seus empregados exames médicos anuais em clínicas especializadas de *check-up*, que permitem a realização do conjunto de exames em uma só manhã.

Eis algumas das atividades que compõem o Eletrobrás Saudável:

• **Programa de Reeducação Alimentar** – Busca, entre outros benefícios, a adequação da composição corporal e o controle e a prevenção de diabetes, hipertensão e obesidade.

• **Programa de Atenção ao Tabagismo** – Empregados tabagistas que tenham interesse em deixar o cigarro recebem atendimento individualizado.

• **Programa de Saúde da Mulher** – São realizadas palestras abordando temas específicos para o público feminino, e é distribuído material informativo sobre esses assuntos.

• **Programa Energia e Movimento** – Proporciona atendimento semanal gratuito de *shiatsu* para os empregados e mantém parcerias com academias de ginástica.

Saiba mais

Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV)
Alameda Santos, 211, conj. 404/405 – Paraíso – São Paulo (SP) – CEP 01419-000
(11) 3266-6497 e (11) 3541-1322 – abqv@abqv.org.br – www.abqv.org.br.